

CENTRO PAROQUIAL
SÃO JOÃO DE BRITO

Relatório de Atividades

&

Contas 2018

Índice

Introdução.....	4
Missão	5
Visão.....	5
Valores.....	5
Órgãos Sociais.....	6
1. Relatório de Atividades	7
1.1 Respostas Sociais	7
1.1.1 Atendimento/Acompanhamento Social	7
1.1.2 Convívio Comunitário	7
1.1.3 Centro de Dia	8
1.1.4 Serviço de Apoio Domiciliário	9
1.1.5 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	11
1.1.6 Jardim de Infância	14
1.1.7 Ajuda Alimentar	17
2. Projetos.....	21
2.1 Selo Saudável	21
2.2 Lisboa + 55.....	22
2.3 Reduz +	23
2.4 Aquisição de Viatura de Transporte Adaptado.....	23
3. A Situação Financeira	24
3.1 A Instituição e o Meio Envolvente	24
3.2. A Instituição e o Meio Interno	29
3.2.1 Rendimentos e Ganhos	29
3.2.2 Gastos	34
3.2.3 Resultados	36
3.2.4 Comentários ao Balanço.....	36
3.2.5. Demonstrações Financeiras	37
3.2.5.1. Balanço em 31 de Dezembro de 2018.....	38
3.2.5.2 Demonstração de Resultados por Naturezas.....	39
3.2.5.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	40
3.2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras.....	41

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição mensal de utentes no espaço Convívio Comunitário (2018).....	8
Gráfico 2 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social Centro de Dia (2018).....	9
Gráfico 3 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (2018)	10
Gráfico 4 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (2018)	11
Gráfico 5 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social de Jardim de Infância (2018)	15
Gráfico 6 - Distribuição de Adultos (dos 18 aos 64 anos) por género no âmbito da Ajuda Alimentar (2018)	18
Gráfico 7 - Distribuição de Idosos (idade superior a 65 anos) por género no âmbito da ajuda Alimentar (2018)	18
Gráfico 8 - Distribuição de Menores por género no âmbito da Ajuda Alimentar (2018).....	19
Gráfico 9 - Taxa de risco de pobreza (2004-2017) - Fontes: Eurostat 2018	25
Gráfico 10 - Indicadores de envelhecimento: Índice de envelhecimento INE/PORDATA ...	26
Gráfico 11 - Evolução do nº de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2017. Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.....	27
Gráfico 12 - Evolução do nº de respostas sociais ERPI e SAD, Continente 2000-2017. Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.....	27
Gráfico 13 - Evolução do nº de respostas sociais por população alvo, Continente 2000-2017. Fonte: GEP- MTSSS, Carta Social.....	28
Gráfico 14 - Distribuição percentual das respostas sociais por população alvo, Continente 2017. Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social.....	28
Gráfico 15 - Evolução dos Rendimentos Obtidos (2018-2017).....	30
Gráfico 16 - Distribuição das Fontes de Rendimento (2018-2017)	31
Gráfico 17 - Distribuição (%) das Principais Fontes de Rendimento (2018)	32
Gráfico 18 - Distribuição das rubricas de Gastos (2018-2017)	34



CENTRO PAROQUIAL
SÃO JOÃO DE BRITO

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Alimentos entregues Natal 2018	20
Tabela 2 - Rendimentos (2018-2017).....	31
Tabela 3 - Comparticipações do Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP) por Resposta Social (2018-2017).....	32
Tabela 4 - Doações (2018-2017).....	33
Tabela 5 - Rendimentos de Prestações de Serviços por Resposta Social (2018-2017).	33
Tabela 6 - Gastos (2018-2017).	34
Tabela 7 - Principais rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos (2018-2017).	35



Introdução

O Centro Social Paroquial de São João de Brito (Centro) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social canonicamente ereta, com personalidade jurídica canónica e civil, fundado pela Fábrica da Igreja Paroquial de São João de Brito.

Assenta num princípio de apoio social às famílias, crianças, jovens e idosos da área geográfica da Freguesia de Alvalade, dando a conhecer como ideal de homem perfeito **JESUS CRISTO**, fomentando o crescimento de uma comunidade baseada nos valores do Evangelho, da verdade, fraternidade e caridade.

O Centro Social Paroquial de São João de Brito assenta numa conceção de gestão centrada em objetivos, procurando contribuir para o desenvolvimento da cultura de avaliação, responsabilização e prestação de contas, com o envolvimento de todos os colaboradores. Engloba ações que ambicionem garantir uma melhor ligação entre as diversas respostas sociais, fomentando um diálogo integrador. É essencial criar um ambiente em que o relacionamento com e entre os utentes, seja agradável permitindo-lhes ter, confiança suficiente nos nossos serviços. Todos estes objetivos têm de funcionar constantemente como metas a atingir, pois permitem estruturar o trabalho e rentabilizar os recursos disponíveis de forma eficaz.

O ano de 2018 decorreu tendo sempre como compromisso principal o cumprimento da nossa missão no respeito integral nos nossos valores, adotámos uma política de continuidade, investimento na melhoria das condições e equipamento da cozinha e de transporte dos utentes.

O Centro Social Paroquial de São João de Brito tem como:

Missão

Cultivar a fraternidade, acolher, servir o próximo, intervir e valorizar o que o outro tem de melhor.

Visão

Servir a família nas diferentes fases da vida, dando resposta às várias necessidades, que permitam encarar o futuro com confiança e esperança. Assumimos que o sonho é um direito e um dever.

Valores

	J	U	S	T	I	Ç	A			
E	N	T	R	E	G	A				
	R	E	S	P	E	I	T	O		
		H	U	M	I	L	D	A	D	E
			S	E	R	V	I	Ç	O	

"É o outro nome da caridade"

"Dar o melhor de si mesmo"

"Reconhecer o outro na sua dignidade"

"Reconhecer que o melhor ainda está para vir"

"Estar disponível para o outro"

Órgãos Sociais

Direção:

- Presidente: Pe. João Luís Crispim Valente
- Vice-Presidente: Miguel Peixoto
- Secretária: Ana Sofia Amaral
- Tesoureiro: Alexandre Dionísio Monteiro Pais
- Vogal: José Carlos de Abreu Fialho Calado Figueira

Conselho Fiscal:

- Presidente: António Manuel Oliveira Neto Guimarães
- Secretário: António Cunha Matos Lema Esteves
- Vogal: Luís Nuno Lima de Carvalho Valença Pinto

1. Relatório de Atividades

1.1 Respostas Sociais

1.1.1 Atendimento/Acompanhamento Social

Serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

1.1.2 Convívio Comunitário

Esta resposta procura ser um espaço de convívio e partilha sem a necessidade de inscrição prévia, nem qualquer pagamento de mensalidade, fomentando a proximidade entre a comunidade e o Centro. No ano de 2016 cessou o acordo de cooperação celebrado entre o Centro Paroquial e o ISS, IP da resposta social centro de convívio, porém o Centro não quis deixar de dar resposta e acolher as pessoas mais autónomas que nos procuram para momentos de partilha, ou participação em atividades específicas, como seja o passeio de primavera que este ano coincidiu com a peregrinação ao Santuário Nossa Senhora do Rosário de Fátima como se verifica pelo aumento de frequentadores no mês de abril, o mesmo acontece no mês de julho com a participação de alguns membros da comunidade na Colónia de Férias.

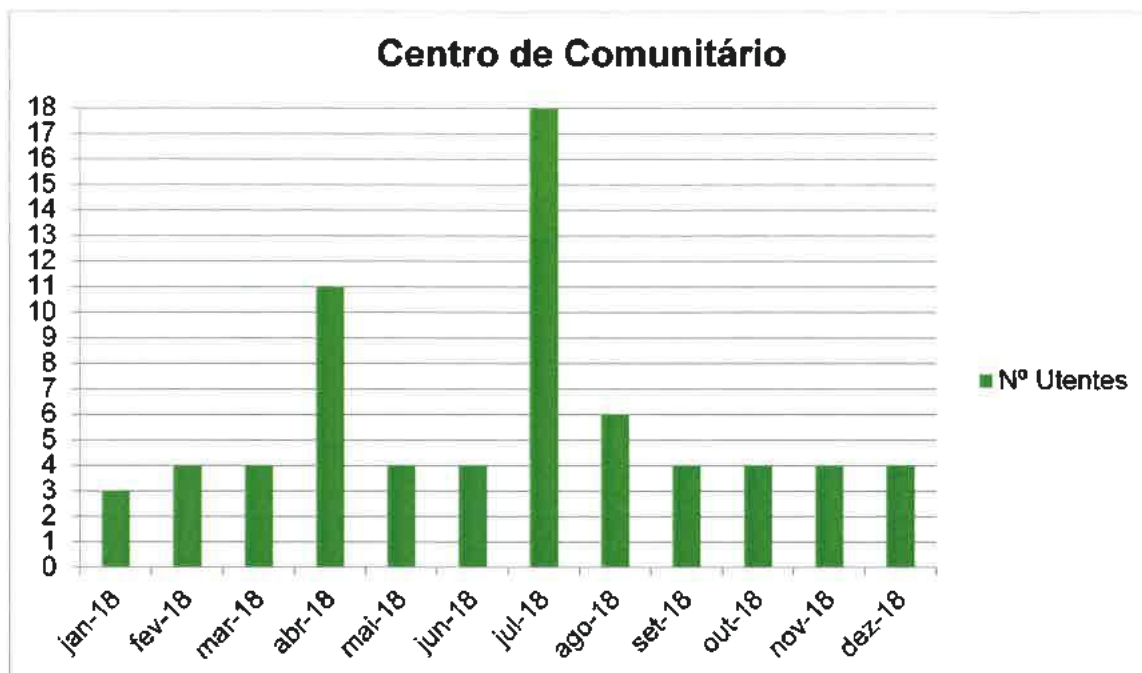


Gráfico 1 - Distribuição mensal de utentes no espaço Convívio Comunitário (2018)

1.1.3 Centro de Dia

Prestação de serviços que contribui para a manutenção das pessoas no seu meio habitual de vida, procurando acompanhar o seu dia-a-dia das 9h às 18:00h, proporcionando cuidados básicos, de saúde, atividades terapêuticas e lúdicas.

Continuamos em parceria com a CML, SCML e a DGS a desenvolver o projeto Lisboa +55 pelo segundo ano consecutivo, que consiste em disponibilizar aos nossos utentes e membros da comunidade três aulas por semana, uma de ginástica, uma de dança e uma caminhada, desenvolvendo avaliações de saúde antes durante e no termino do programa, incluindo ainda palestras sobre saúde.

Ainda na área da saúde, contamos com a colaboração de uma enfermeira, que desenvolve consultas de enfermagem a todos os utentes uma vez por semana. Da análise do gráfico 2, podemos referir que o nível de frequência da resposta social manteve-se estável ao longo de todo o ano, tendo existido um ligeiro decréscimo por referência ao ano anterior.

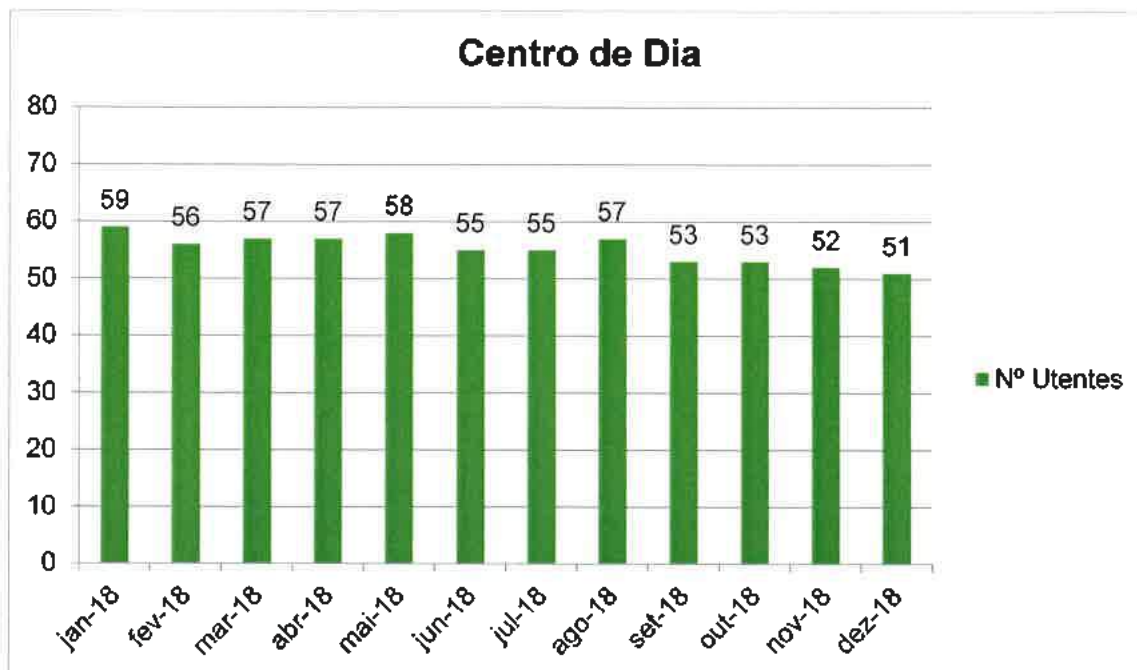


Gráfico 2 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social Centro de Dia (2018)

1.1.4 Serviço de Apoio Domiciliário

Contribui para a satisfação das necessidades básicas, a pessoas em situações de dependência, bem como para a promoção da sua autonomia e prevenção de situações de dependência ou do seu agravamento.

Apresenta os seguintes serviços base:

- Assistência espiritual;
- Higiene pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas;
- Fornecimento de refeições;
- Acompanhamento/marcação de consultas;
- Ajuda na aquisição de bens essenciais.

Adicionalmente ou em substituição, podemos prestar outros serviços:

- Acompanhamento ao exterior para aquisição de bens ou serviços
- Administração de medicação

- Transporte na área da freguesia de Alvalade
- Realização de pequenas reparações/modificações no domicílio, que permitam mais segurança e conforto.

Ainda temos como serviços extra:

- Cedência/aluguer de ajudas técnicas
- Cuidados de Enfermagem
- Fisioterapia
- Cuidados de imagem
- Formação e sensibilização dos familiares e cuidadores informais para a prestação de cuidados aos clientes. Os níveis de procura no Serviço de Apoio Domiciliário, registam algumas oscilações que são normais, tendo em consideração que na idade dos utentes os processos de internamento hospitalar são recorrentes, sendo no mês de fevereiro verifica um maior decréscimo o que se deve à época de frio mais acentuado, provocando doenças que levam ao internamento prolongado. conforme gráfico 3.

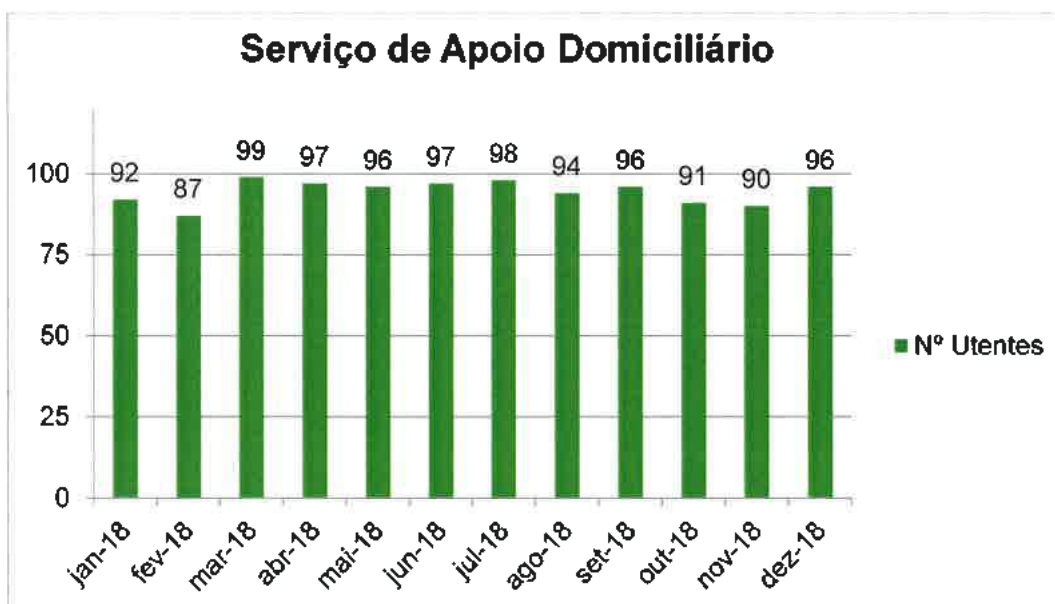


Gráfico 3 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (2018)

1.1.5 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Garante à pessoa idosa uma vida confortável e um ambiente calmo e humanizado, proporcionando serviços adequados à problemática psicossocial. Contribui para a estabilização ou retardamento das consequências nefastas do envelhecimento, criando condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar.

Destina-se a pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Desenvolvemos fisioterapia, acompanhamento diário de serviços de Enfermagem, acompanhamento médico semanal, bem como tardes de animação na instituição e no exterior, desenvolvidas pelos nossos técnicos e por voluntários com recurso a diversos instrumentos musicais.

Disponibilizamos acompanhamento espiritual desenvolvido pelo nosso Prior Reverendo Sr. Pe. João Valente e Rev. Pe Luís Arruda, bem como pelas Ministras Extraordinárias da Comunhão.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) tem tido uma situação estável quanto à sua ocupação, conforme podemos verificar pela análise do gráfico 4, existindo lista de espera.

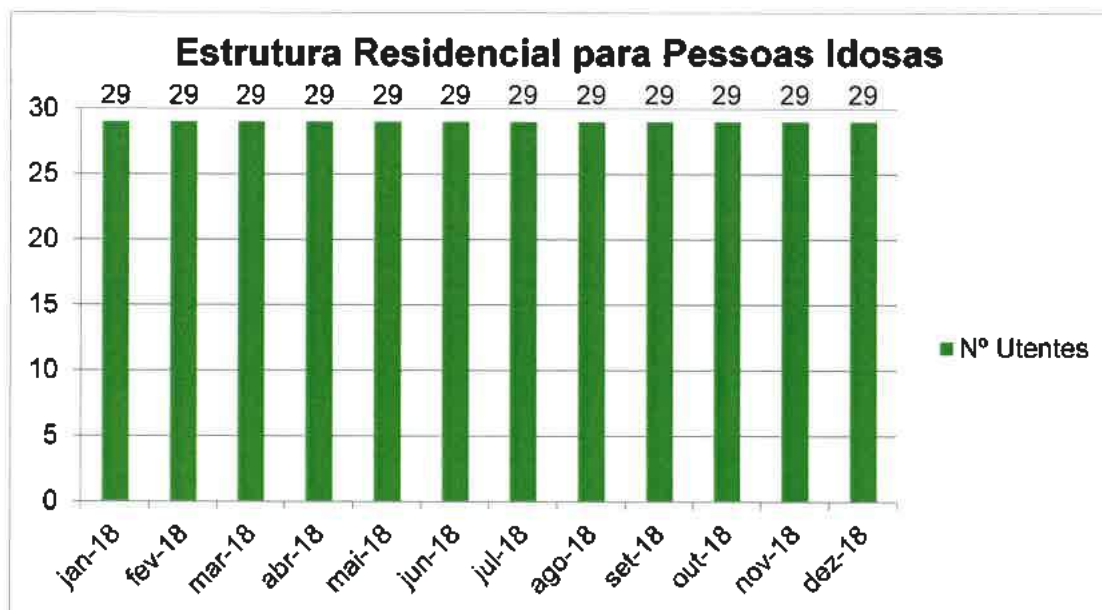


Gráfico 4 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (2018)

Atividades desenvolvidas em conjunto por todas as respostas sociais destinadas a idosos: Celebração de dia de Reis, atividades com os alunos da Escola Preparatória Gago Coutinho os alunos vieram ao Centro de Dia Cantar as Janeiras e durante o período da tarde recebemos a visita do Coro da Academia de Cultura e Cooperação da União das Misericórdias; Palestra sobre Osteoporose e Prevenção de Quedas, ida ao Teatro Malaposta, visita à Quinta Pedagógica – atividade sobre Farmácia Rural, celebração do dia de São João de Brito; Palestra sobre Prevenção AVC; Baile/desfile de Carnaval com a participação dos alunos do jardim de infância; Dia Mundial do Doente vista do Coro dos Briosos de Alvalade, visita à Quinta Pedagógica- atividade Ciclo do Pão; Palestra- Prevenção de Demência, visita à Quinta Pedagógica- Atividade Aromas e Sabores, Celebração Dia de São José, Via Sacra, Jogos Interativos com os Alunos da Escola Preparatória Gago Coutinho, Visita Guiada à Valor Sul no âmbito do projeto Reduz+, Passeio Anual do Centro ao Santuário Nossa Senhora do Rosário de Fátima, Celebração do Dia Mundial da Saúde, Ação de Sensibilização sobre reciclagem no âmbito do Projeto Reduz+, Visita dos Alunos da Faculdade ISCSP, Dia Mundial da Dança – Baile, Atuação da Tuna da Faculdade de Psicologia, Festa da Família, visita à Quinta Pedagógica- atividade sumos coloridos, Procissão de Nossa Senhora de Fátima, Feira Social no Mercado de Alvalade, Arraial de Santo António, visita à Quinta Pedagógica -atividade sobre Cerâmica, Piquenique ao Inatel, Ida ao Cinema Malaposta –ver o filme “Leão da Estrela”, Dia Mundial da Criança, Dia dos Avós, Colónia de Férias em Almoçageme, Desafio Sénior, Dia Mundial da Fotografia, Dia Mundial da Música, Dia Mundial da Alimentação - Palestra no âmbito do Projeto Selo Saudável, Palestra PSP- sobre Segurança na Terceira Idade, Pão Por Deus, Rastreios de Diabetes e Visão, Participação no Encontro Isolamento e Solidão, Dia de São Martinho- Magusto, Quinta pedagógica- Aromas e Sabores, Feira Social de Natal no Mercado de Alvalade, Festa de Natal do Jardim de Infância, Festa de Natal do Centro de Dia e ERPI com Atuação do Coro do Centro de Dia, Ida ao Cinema Malaposta, Visita de Natal dos Alunos da Escola Preparatória Gago Coutinho.

Semanalmente: ida à missa, desenvolvimento do Programa Lisboa+55 com aulas de: Dança, Fitness e Caminhada as terças, quintas e sextas-feiras; cessão de movimento diária, leitura e pequena reflexão sobre as notícias do dia, Horta Biológica – os utentes cuidam diariamente da horta que se encontra no terraço do Centro de Dia, Trabalhos Manuais, Aulas de Informática às segundas e quartas-feiras, jogos tradicionais coletivos às segundas e quartas-feiras; atelier do Doce às terças-feiras, jogos de memória às terças e quartas-feiras. Manhã

8
2018

da Saúde à quinta-feira com consulta de enfermagem, atelier dos avós e netos com a participação dos utentes de jardim de infância à quinta-feira, atelier de pintura e costura, aulas de xadrez à sexta-feira, Coro às terças e sextas-feiras, sessões de cinema à sexta-feira no período da tarde. Todas estas atividades têm como objetivo final proporcionar momentos de alegria, boa disposição, facilitando um envelhecimento ativo, como podemos constatar pelas imagens infra:





1.1.6 Jardim de Infância

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família. Esta resposta educativa e social desenvolve-se até julho em quatro salas compostas por grupos heterogéneos, distribuídos por um grupo de 15 crianças, dois grupos de 20 crianças e um grupo de 25 crianças, todos eles acompanhados por uma educadora de infância e uma auxiliar de ação educativa, todos os anos registamos uma diminuição da taxa de ocupação,

o que se deve essencialmente à resposta que o ensino público tem vindo a proporcionar aos residentes da freguesia, com a abertura de salas de pré-escolar nas instalações da escola de primeiro ciclo que fica situada na mesma rua do nosso equipamento de pré-escolar.

Conforme gráfico 10 em setembro de 2018 regista-se um decréscimo em relação aos anteriores meses do ano, de salientar que a diminuição será mais acentuada no ano letivo 2018/2019.

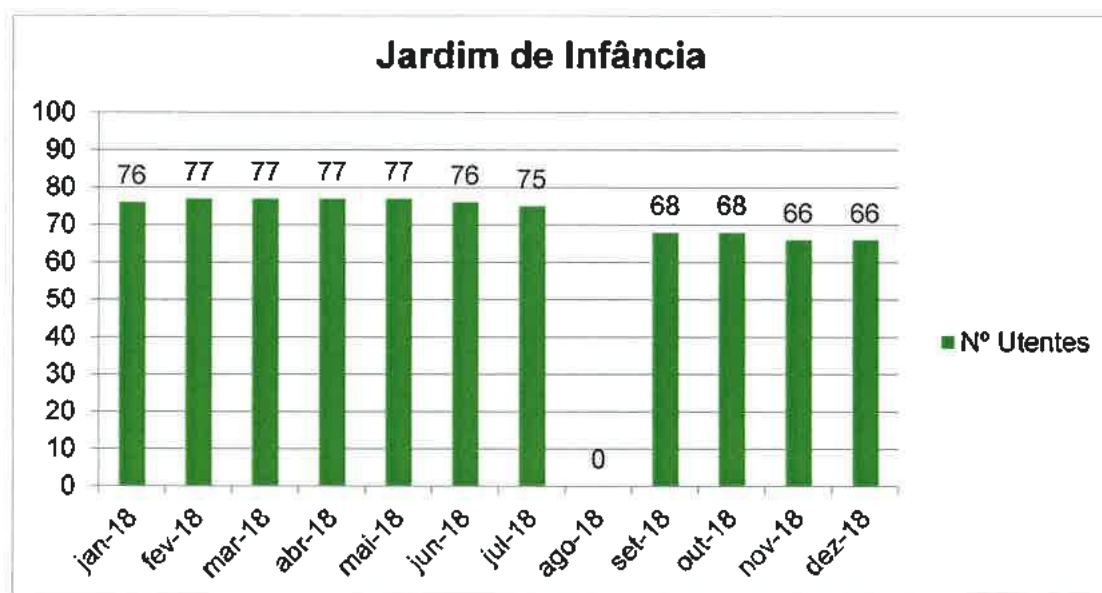


Gráfico 5 - Distribuição mensal dos utentes da resposta social de Jardim de Infância (2018)

Procura-se o envolvimento de outras respostas sociais do Centro bem como das famílias e da comunidade paroquial.

As atividades quer as desenvolvidas na componente educativa/letiva quer na componente de apoio à família, têm sempre como base os projetos educativo e curricular e os respetivos projetos de sala, sendo estes últimos elaborados de acordo com as características de cada grupo, após um diagnóstico realizado pela educadora responsável de sala.

No enquadramento das linhas orientadoras dos documentos supra referidos esta resposta desenvolve diversas atividades dentro e fora do Jardim de Infância, podemos referir deslocações: à quinta pedagógica, Teatro da Trindade "Conversas de Corpo", Cinema São Jorge (festival Play), biblioteca dos Coruchéus, Santuário Nossa Senhora do Rosário de Fátima, Teatro Armando Corte: TIL "Soldadinho de Chumbo", Casa do Tinoni, Parque do Inatel, colónia de praia aberta, durante uma semana do mês de Julho.

Participação no projeto Heróis da Fruta desenvolvido em parceria com a Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil, Gulbenkian – viagens/arte em movimento, Monstrinha -festival de cinema, Museu de Lisboa. Continuidade do projeto da Horta Pedagógica no espaço exterior do Jardim de Infância.

Para além das atividades diárias de sala, celebramos o dia de Reis, baile e desfile de carnaval, dia da Família, vivência da quaresma, Páscoa, Procissão de Nossa Senhora de Fátima, dia mundial da Criança, festa de final de ano/finalistas, dia dos Avós, atelier dos avós e netos com a participação dos utentes do Centro de Dia e ERPI, São Martinho, Pão por Deus, vivência do Advento que culmina com a Festa de Natal, onde temos o privilégio de contar com a participação ativa dos pais, representando uma peça de teatro para os seus filhos..



Hoje, os meninos do jardim de infância, foram à quinta pedagógica para a atividade sumos coloridos – colher, cortar, triturar e beber. o sumo estava ótimo e muito saudável de cor verde.

2
S. João de Brito



CENTRO PAROQUIAL
SÃO JOÃO DE BRITO



1.1.7 Ajuda Alimentar

O Centro no âmbito do apoio que presta às pessoas e famílias da comunidade, que se encontram em situação de grande carência económica, no sentido de assegurar o acesso a bens essenciais de primeira necessidade, procede à entrega mensal de cabazes alimentares.

Os géneros alimentares que compõem os cabazes provêm de entregas semanais (produtos frescos) e mensais do Banco Alimentar Contra a Fome, de donativos em espécie de paroquianos e de algumas campanhas de angariação que o Centro dinamiza no decurso do ano.



Tendo em consideração que apoiamos 51 famílias, 122 pessoas, que se encontram divididas em quatro grupos por tipologia de número de agregado familiar. As entregas ocorrem mensalmente às sextas-feiras, no período da manhã.

Os cabazes alimentares são também eles organizados por tipologia do número de agregado familiar e em função das idades. (gráficos 6,7 e 8). A organização e elaboração dos cabazes alimentares é assegurada por um grupo de voluntários, sendo o acompanhamento às famílias realizado por uma técnica de serviço social.

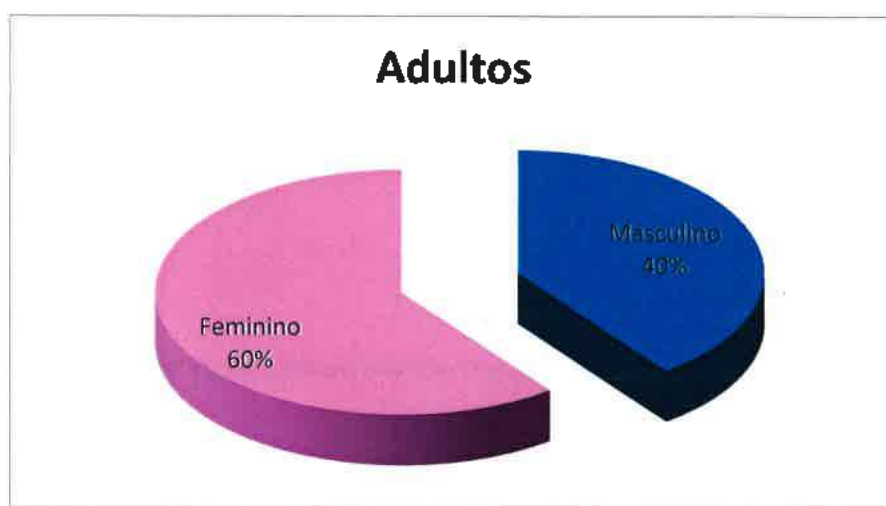


Gráfico 6 - Distribuição de Adultos (dos 18 aos 64 anos) por género no âmbito da Ajuda Alimentar (2018)

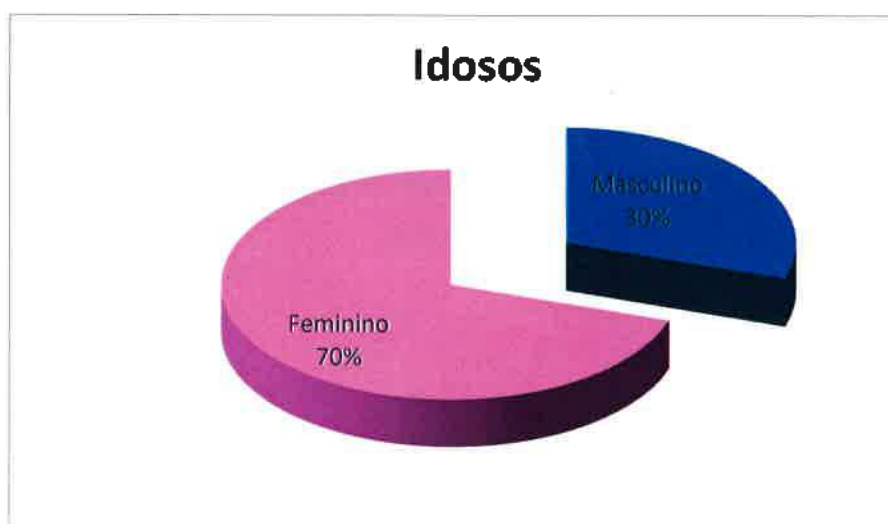


Gráfico 7 - Distribuição de Idosos (idade superior a 65 anos) por género no âmbito da ajuda Alimentar (2018)

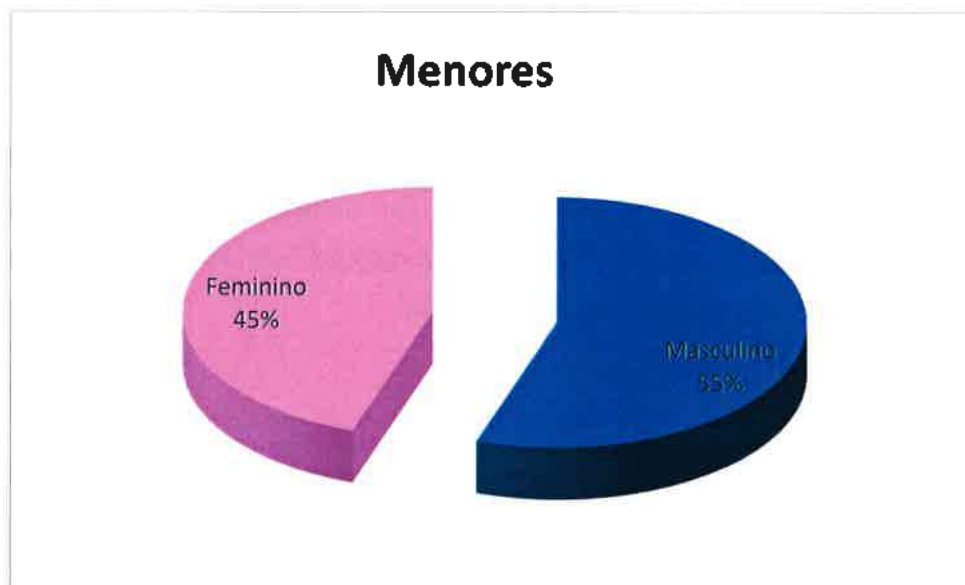


Gráfico 8 - Distribuição de Menores por género no âmbito da Ajuda Alimentar (2018)

No âmbito desta resposta, além das campanhas de angariação de géneros alimentares que vamos desenvolvendo no decurso do ano de acordo com o já referido, todos os anos, procuramos reforçar as campanhas na época de Natal, no sentido de angariar géneros alimentares utilizados tradicionalmente nesta época, por forma a proporcionar uma ceia de Natal digna às famílias carenciadas. Este ano lançámos mais uma campanha junto da comunidade paroquial, a qual foi muito bem acolhida tendo existido uma grande adesão, nomeadamente no seio dos grupos paroquiais, tais como a catequese, escuteiros e paroquianos em geral. Entre donativos em espécie e donativos em dinheiro conseguimos distribuir as quantidades referidas no quadro infra.

Alimentos Distribuídos nos Cabazes de Natal de 2018	
Produtos	Distribuídos
Farinha	55 Kg
Batatas	61 Kg
Azeite	55 und
Óleo	55 und
Açúcar	74 Kg
Grão	60 und
Salsichas	109 und
Leite	122 Lts
Farinha Láctea	51 und
Feijão	60 und
Atum	122 und
Arroz	74 kg
Massa	74 und
Chocolates	51und
Frutos Secos	51 und
Bolachas	74 und
Bolos	51 und
Bolo Rei	51und
Bacalhau (postas)	189

Tabela 1 - Alimentos entregues Natal 2018



2. Projetos

2.1 Selo Saudável



O projeto “**Selo Saudável**” está inserido no Plano de Ação do Pelouro dos Direitos Sociais e no Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida da Cidade de Lisboa. Resulta do trabalho articulado entre a CML e a DGS.

O principal objetivo do projeto prende-se com a divulgação, sensibilização e formação de hábitos de alimentação saudável a desenvolver com as IPSS's.

O CPSJB continua pelo segundo ano no projeto, confeccionando **Alimentação Mediterrânica**. As características desta alimentação assentam no consumo de hortaliças, frutos e leguminosas, alimentos fornecedores de amido, como por exemplo o pão, o arroz, a massa e a batata, e na prevalência do azeite como gordura de eleição. O consumo de peixe, aves e ovos, assim como a utilização de ervas aromáticas ou alho como uma alternativa ao sal.



A2
[Handwritten signature]

No decurso do projeto o Centro viu a sua capacidade de confeção comprometida pelas condições obsoletas da sua cozinha, tendo recorrido à CML através dos apoios FES e RAAML para levar a cabo a remodelação da sua cozinha, o que conseguiu com muito sucesso, tendo as obras de remodelação sido desenvolvidas entre agosto e outubro de 2018.



2.2 Lisboa + 55

Com o objetivo de dinamizar programas e atividades junto da população idosa da cidade de Lisboa e essencialmente promover a prática desportiva e estilos de vida saudáveis, compatibilizando potencialidades físicas, psíquicas e o estado de saúde de cada participante, a CML desenvolveu o Projeto Lisboa +55, tendo como parceiro a SCML e a DGS.

O CPSJB abraçou o projeto piloto em 2017 e continuou pelo segundo ano consecutivo, tendo desenvolvido atividades físicas, tais como aulas de dança, fitness e caminhadas. No que se refere ao Bloco da saúde foram desenvolvidas ações de sensibilização e avaliações físicas periódicas.



2.3 Reduz +

O Papa Francisco chama-nos a atenção para “O que está a acontecer na nossa casa comum”, em resposta ao desafio lançado pelo Santo Padre o CPSJB abraçou o projeto Reduz+ no ano de 2017 tendo mantido a sua participação em 2018 que resulta de uma parceria com a CML e a Valorsul, tendo como objetivo de incentivar os nossos utentes, famílias, comunidade e colaboradores a terem comportamentos de separação correta de Resíduos Urbanos.

Projeto Reduz+



2.4 Aquisição de Viatura de Transporte Adaptado

O Ano de 2018 ficou também marcado pela concretização de um objetivo há muito desejado, o CPSJB adquiriu com a colaboração dos paroquianos e Junta de Freguesia de Alvalade uma viatura de transporte adaptado de utentes.

Com esta nova aquisição o Centro possibilita aos utentes com mobilidade reduzida a participação em atividades e frequência do Centro de Dia, uma vez que a referida viatura possibilita o transporte de duas pessoas em cadeiras de rodas em simultâneo. No dia 29 de setembro de 2019 decorreu a cerimónia de Bênção da Viatura.



3. A Situação Financeira

3.1 A Instituição e o Meio Envolvente

Em termos europeus, Portugal está entre os três primeiros Estados-membros da UE em termos de importância económica das ISFLSF (Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias) e, por extensão, o mesmo será de admitir quanto à importância económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Em Portugal, o Terceiro Sector é dominado pelas IPSS's, as quais são elementos essenciais na sociedade, devido ao seu papel de proteção social e económico. Têm como objeto principal a prestação de auxílio às populações mais carenciadas, assegurando muitas vezes a prestação social que competia ao Estado.

Com toda a conjuntura económica e com a diminuição dos apoios financeiros, as OSFL vêm-se obrigadas a assumirem a responsabilidade pelo seu financiamento e conseqüente sustentabilidade.

Face ao novo contexto económico e social as IPSS tiveram de se ajustar e organizar nas respostas oferecidas às necessidades com que são atualmente confrontadas. A crise económica do país fez surgir necessidades sociais relacionadas com situações de carência material como pobreza (mesmo para os que têm emprego), pobreza envergonhada e fome, entre outras.

A par destas alterações, tem se verificado a necessidade de investimento em formação dos seus recursos humanos, com o objetivo de garantir uma gestão técnica que se coadune com as novas exigências.

Como fator determinante da situação social que se vive – a pobreza – apresenta a seguinte taxa de risco de 2004 a 2017:



Gráfico 9 - Taxa de risco de pobreza (2004-2017) - Fontes: Eurostat 2018

Não sendo possível apresentar o risco de pobreza ou exclusão social para a média europeia em 2017, é importante referir que Portugal tem vindo a apresentar sempre valores superiores à média da UE-28 e da Zona Euro. Em 2016, 23.5% da população da União Europeia estava em risco de pobreza ou exclusão social, correspondendo a 118 milhões de pessoas. Portugal posicionava-se no 11º lugar dos países com maior nível de pobreza ou exclusão social. Cinco países da UE28 possuíam uma proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social igual ou superior a 30% (Itália: 30%; Lituânia: 30.1%; Grécia: 35.6%; Roménia: 38.8%; Bulgária: 40.4%). Por outro lado, os três países com menores taxas de pobreza ou exclusão social eram a República Checa (13.3%), a Finlândia (16.6%) e a Holanda (16.7%).

2



Índice de envelhecimento em Portugal de 1961 a 2017

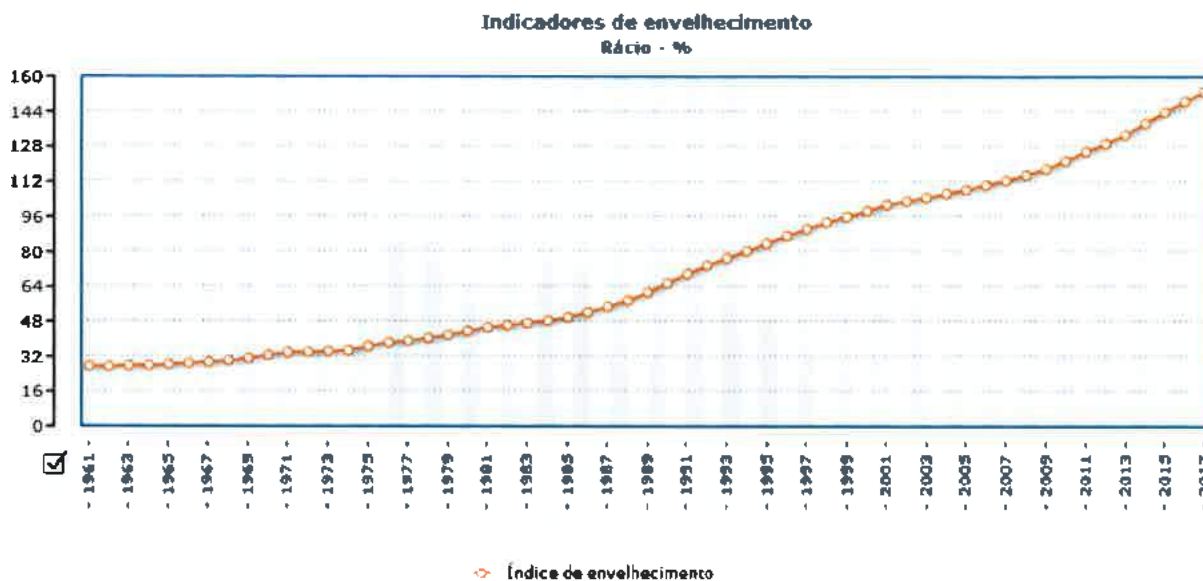


Gráfico 10 - Indicadores de envelhecimento: Índice de envelhecimento INE/PORDATA

O índice de envelhecimento em Portugal, resulta da queda da natalidade e do aumento da longevidade nos últimos anos, verificou-se em Portugal o decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade), a par do aumento da população idosa (65 e mais anos de idade). Em 2015, 2,1 milhões de pessoas, quase 20% da população portuguesa, tinham 65 ou mais anos. A proporção de idosos na população tem vindo a crescer e espera-se que a tendência se mantenha. De acordo com as projeções nacionais, prevê-se que, em 2030, os idosos representem cerca de 26% da população e, em 2060, cresçam para 29%. O número de pessoas com idade 80 e mais anos mais que duplica entre 2015 e 2060, projetando-se que passe dos 614 mil para os 1421 mil indivíduos.



Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente
De 2000-2017

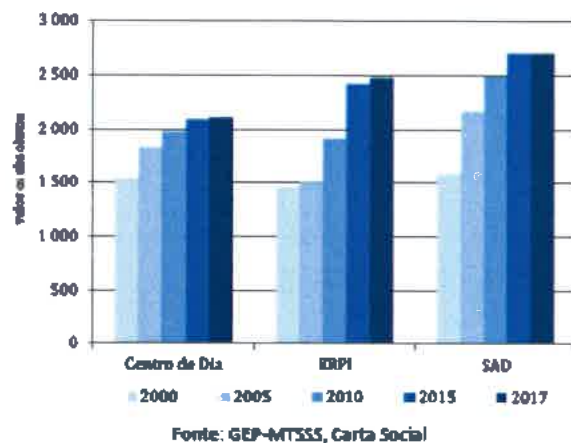


Gráfico 11 - Evolução do nº de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2017. Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

As principais respostas dirigidas à população idosa têm verificado um desenvolvimento assinalável (59 %) desde 2000, traduzindo um aumento superior a 2700 novas respostas.

Figura 74 - Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente - 2000-2016

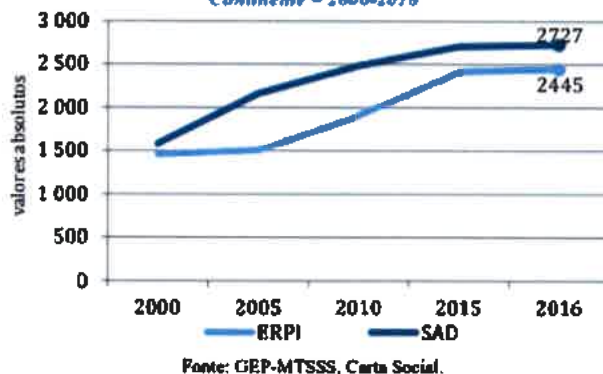


Gráfico 12 - Evolução do nº de respostas sociais ERPI e SAD, Continente 2000-2017. Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

As respostas ERPI e SAD foram as que, neste domínio, mais cresceram em 2017 (70 % e 71 %, respetivamente) por comparação a 2000, e as que apresentavam maior oferta.

Em 2017, contabilizaram-se cerca de 7300 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia no território continental, das quais 37 % correspondiam a SAD.

Evolução do número de respostas sociais por população alvo, Continente 2000 a 2017

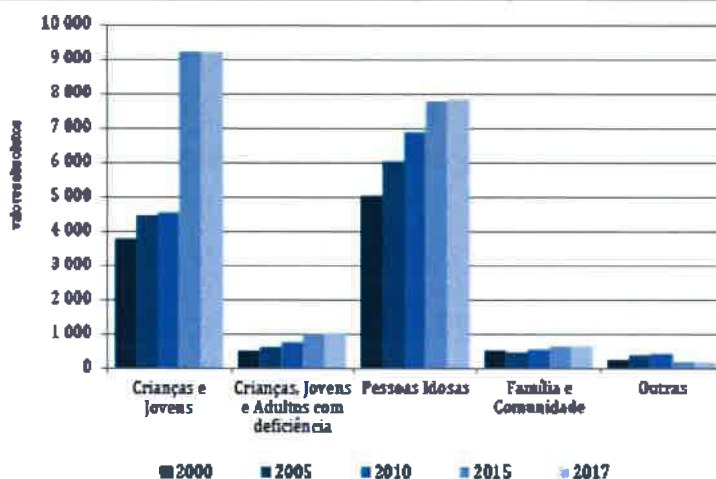


Gráfico 13 - Evolução do nº de respostas sociais por população alvo, Continente 2000-2017. Fonte: GEP- MTSSS, Carta Social

Distribuição percentual das respostas sociais por população alvo, Continente-2017

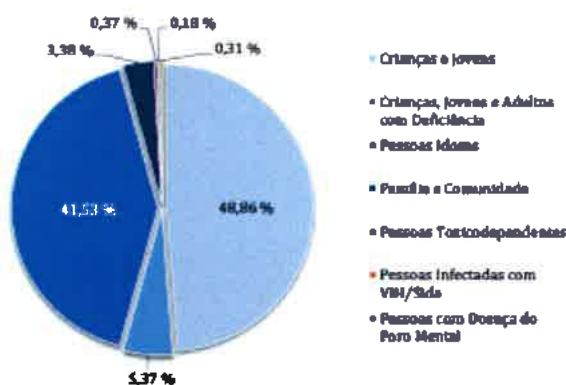


Gráfico 14 - Distribuição percentual das respostas sociais por população alvo, Continente 2017. Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

O número total de respostas sociais que compõem a RSES conheceu um crescimento muito significativo (88 %) desde 2000, particularmente as respostas que visam o apoio a crianças e jovens e a pessoas idosas.

Em 2017, as respostas destinadas às crianças e jovens representavam 48,8 % do universo de respostas, enquanto as respostas dirigidas às pessoas idosas representavam 41,5 %, colocando em evidência a pressão exercida por estas populações no âmbito da ação social.

Embora apresentassem uma percentagem relativamente mais baixa, as respostas que visam o apoio a pessoas com deficiência registaram em 2017, face a 2000, um aumento de 103 %, ultrapassando já um milhar de respostas de apoio.

3.2. A Instituição e o Meio Interno

3.2.1 Rendimentos e Ganhos

Os Rendimentos provenientes da atividade do Centro atingiram, em 2018, 1.246.226,90 €, com um acréscimo de 0,96% em relação ao ano transato.

O acréscimo significativo que se verifica no mês de dezembro 2017 refere-se ao recebimento de subsídio por parte da Câmara Municipal de Lisboa no valor de 25.000,00 €.

Em 2018 o subsídio auferido no montante de 30.000,00 € foi recebido em 3 prestações, uma em agosto e duas em dezembro.

Handwritten signature and initials in blue ink.

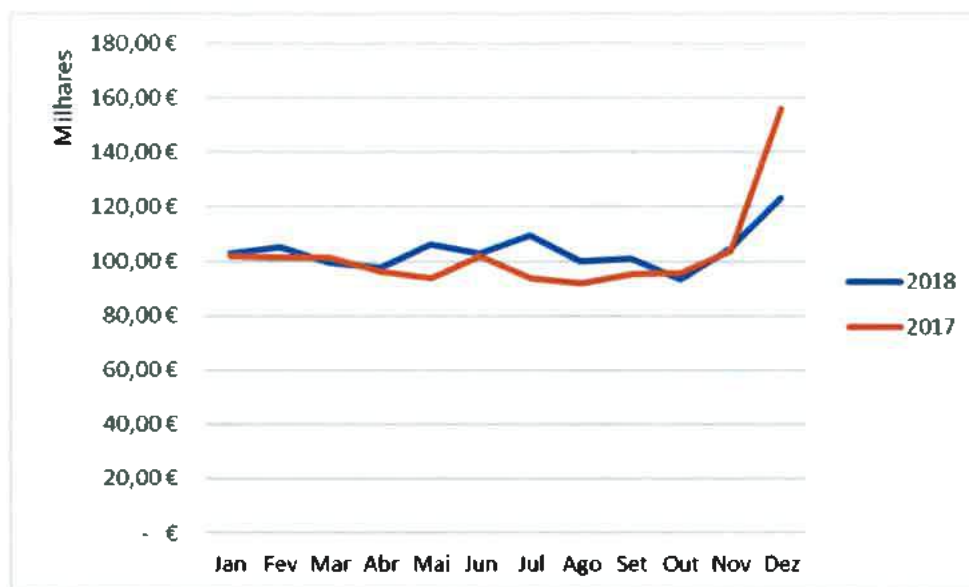


Gráfico 15 - Evolução dos Rendimentos Obtidos (2018-2017)

Como já referido anteriormente, o Centro apresenta à comunidade serviços nas áreas de Atendimento/Acompanhamento Social, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Jardim de Infância.

As principais origens de rendimentos para prossecução das atividades desenvolvidas em 2018 foram, sobretudo, obtidas das mensalidades dos utentes integrados nas diversas respostas sociais, das comparticipações do Instituto de Segurança Social (acordos de cooperação) e das doações, com especial referência para o Banco Alimentar (gráfico 14).

A comparação gráfica dos **Rendimentos** entre dois anos é a seguinte:

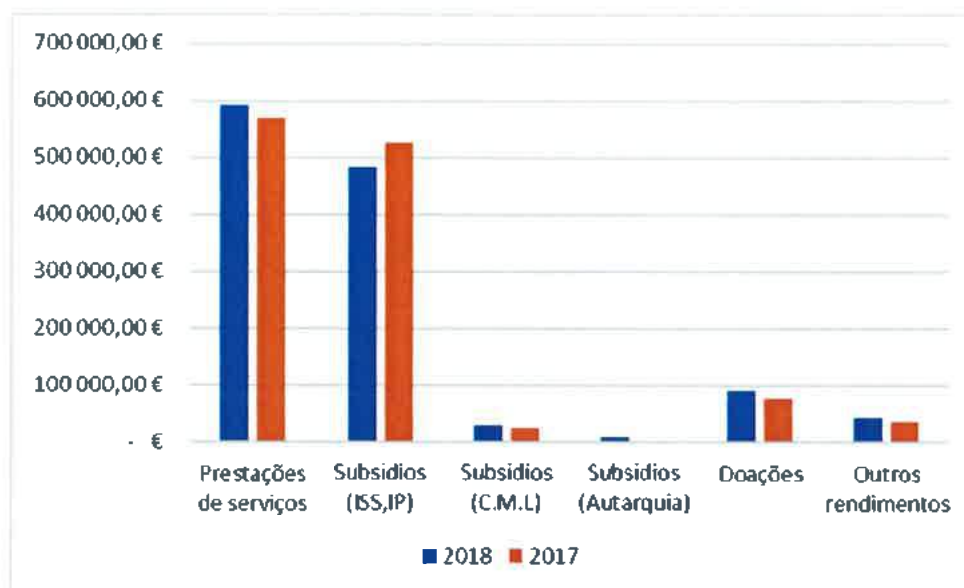


Gráfico 16 - Distribuição das Fontes de Rendimento (2018-2017)

A análise do gráfico permite verificar as variações de 2018 comparativamente com 2017. O quadro seguinte permitirá uma análise mais pormenorizada das rubricas integrantes dos Rendimentos:

Rubricas	2018	2017
Prestações de serviços	591 318,14	569 944,75
Subsídios (ISS, IP)	483 986,90	525 300,61
Subsídios (C.M.L.)	30 000,00	25 000,00
Subsídios (Junta de Freguesia de Alvalade)	9 175,71	0,00
Doações	89 289,98	77 432,02
Outros rendimentos	42 456,17	36 617,79
TOTAIS	1 246 226,90	1 234 295,17

Tabela 2 - Rendimentos (2018-2017)

Salienta-se o subsídio atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa nos anos de 2017 (atribuído pelo FES) e 2018 (através do fundo RAAML) para remodelação da cozinha do Centro.

[Handwritten signature]

Os subsídios atribuídos em 2018 pela Junta de Freguesia de Alvalade para a aquisição da carrinha adaptada (6.829,71 €) e para atividades dos utentes do Centro (2.346,00 €).

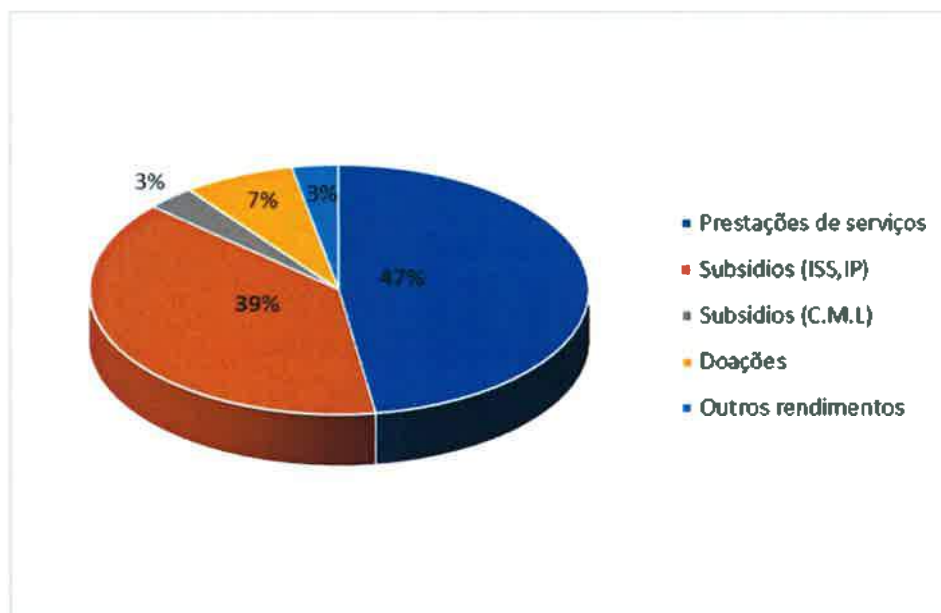


Gráfico 17 - Distribuição (%) das Principais Fontes de Rendimento (2018)

Na rubrica de "Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos", as Participações do ISS, I.P. apresentam decréscimo de 8,54% devido à atualização das participações das respostas sociais (2,2%) e da redução do número de utentes da Resposta Social de Jardim de Infância. Estes rendimentos representam, em 2018, 39,00% dos rendimentos globais (gráfico 15 e tabelas 2 e 3).

Comparticipações	2018	2017
Jardim de Infância	168 838,55	196 744,80
Centro de Dia	76 103,30	89 744,73
Serviço de Apoio Domiciliário	187 567,20	183 528,00
Estrutura Residencial Pessoas Idosas	50 784,24	46 959,76
Serviço Atendimento/Acomp. Social	693,61	8 323,32
TOTAL	483 986,90	525 300,61

Tabela 3 - Participações do Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP) por Resposta Social (2018-2017).

As Doações representam 7% do valor global dos rendimentos em 2018 sendo as mais representativas as do Banco Alimentar (gráfico 15).

Doações	2018	2017
Donativos em numerário	23 339,90	11 290,00
Campanha de Natal	2 572,40	1 228,37
Outros	20 767,50	0,00
Donativos em espécie	53 736,38	66 142,02
Banco Alimentar	50 673,94	58 343,12
Banco Bens Doados	1 276,10	1 772,60
Campanha de Natal	544,15	0,00
Outros Donativos	1 242,19	6 026,30
Heranças	12 213,70	0,00
TOTAL	89 289,98	77 432,02

Tabela 4 - Doações (2018-2017).

Em sede de **Mensalidades dos Utentes** (quotas de utilizadores) verificam-se variações ao nível de todas as respostas sociais, sendo de salientar os acréscimos das respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário e na Estrutura Residencial para Idosos, respetivamente de 21,11% e de 0,99%. Este tipo de rendimentos representa, em 2018, 47% dos rendimentos totais (gráfico 15 e tabela 4).

Mensalidades	2018	2017
Jardim de Infância	85 380,62	90 499,59
Centro de Dia	64 434,63	65 244,16
Serviço de Apoio Domiciliário	141 329,33	111 492,42
Estrutura Resid. Pessoas Idosas	268 624,76	265 959,67
TOTAL	559 769,34	533 195,84

Tabela 5 - Rendimentos de Prestações de Serviços por Resposta Social (2018-2017).

3.2.2 Gastos

As aplicações de fundos do Centro, no valor de 1.285.218,42 €, centralizam-se, essencialmente, nas rubricas de “Gastos com o Pessoal”, “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Custo das Matérias Consumidas” (géneros alimentares).

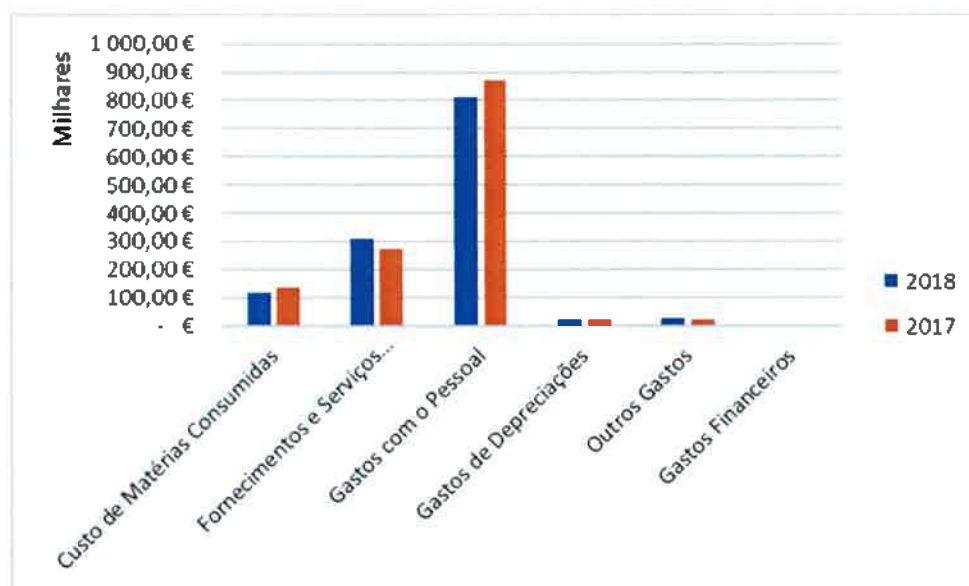


Gráfico 18 - Distribuição das rubricas de Gastos (2018-2017)

Em termos globais os Gastos apresentam um decréscimo de 2,86% de 2017 para 2018.

O quadro seguinte permitirá uma análise mais pormenorizada das rubricas integrantes dos Gastos:

Rubricas	2018	2017
Custo de Matérias Consumidas	113 485,42	136 722,79
Fornecimentos e Serviços Externos	307 464,30	272 406,06
Gastos com o Pessoal	811 926,66	869 117,96
Gastos de Depreciações	22 908,05	20 549,04
Outros Gastos	29 342,36	23 193,54
Gastos Financeiros	72,24	0,00
TOTAIS	1 285 199,03	1 321 989,39

Tabela 6 - Gastos (2018-2017).

Os Gastos apresentam acréscimos mais significativos na rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos", devido à subcontratação de refeições durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, período em que decorreram as obras na cozinha.

Neste período não houve aquisição de géneros alimentares o que influenciou a descida do "Custo das Matérias Consumidas". Simultaneamente os donativos do Banco Alimentar têm vindo a decrescer.

A redução dos "Gastos com o Pessoal" deve-se à extinção do posto de trabalho de uma educadora de infância em 2017 por redução da procura da resposta social.

O Centro tem tentado, face a uma política de racionalização de recursos, reduzir os gastos procurando as aquisições e serviços com melhor custo/benefício.

As rubricas mais geradoras de gastos são as seguintes comparativamente com as do ano anterior:

Rubricas	2018	2017
Subcontratos	45 136,11	0,00
Honorários	84 201,87	75 214,82
Conservação e Manutenção	21 868,53	24 724,08
Eletricidade	28 590,06	28 570,70
Combustíveis	12 378,07	14 934,29
Água	4 890,80	4 962,05
Rendas e alugueres	57 402,73	56 200,62
Limpeza, Higiene e conforto	20 331,05	24 212,66
TOTAIS	274 799,22	228 819,22
% s/ FSE	89,38%	84,00%

Tabela 7 - Principais rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos (2018-2017).



3.2.3 Resultados

O resultado líquido do período foi de -38.952,74 €, devido sobretudo aos cortes da ISS, I.P. nas participações das respostas sociais de Jardim de Infância e, também, o acréscimo atípico, pela razão já apontada, nos fornecimentos e serviços externos.

3.2.4 Comentários ao Balanço

O Balanço apresenta, em 31 de Dezembro de 2018, um total de **Ativo** de 730.860,76 €, com um acréscimo de 153,21% em relação ao ano anterior, desdobrado por 660.905,87 € de **Ativo Não Corrente** e 69.954,89 € de **Ativo Corrente**.

Quanto ao **Passivo**, com um acréscimo de 84,48% em relação ao ano anterior, apresenta o valor de 444.345,14 €, sendo 36.072,80 € de **Passivo Não Corrente** e 408.272,34 € de **Passivo Corrente**.

Alguns dados do Balanço de 2018 a salientar comparativamente com o ano anterior:

- As dívidas de **Clientes** (22.084,11 €) acrescem em 53,60%;
- As **Disponibilidades**, com um valor de 11.138,55 €, decrescem 67,29%;
- Os **Fornecedores** com o valor de 112.551,72 € apresentam um acréscimo de 152,51%;
- Os **Outros Passivos Correntes** com o valor de 258.221,41 € apresentam um acréscimo de 59,01%, devido à dívida da Fábrica da Igreja Paroquial de São João de Brito no valor de 202.000,00 €.

Não existem Passivos Financeiros.



CENTRO PAROQUIAL
SÃO JOÃO DE BRITO

3.2.5. Demonstrações Financeiras

Nas páginas seguintes apresentam-se as demonstrações financeiras do ano de 2018.

3.2.5.1. Balanço em 31 de Dezembro de 2018

Centro Social Paroquial de São João de Brito

Contribuinte: 500935602

BALANÇO PERIÓDICO ENTRE ANOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017	Valor	%
ACTIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5	659 196,04	197 292,65	461 903,39	234,12
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		950,30	950,30	0,00	0,00
Investimentos financeiros		759,53	759,53	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não corrente		0,00	0,00	0,00	0,00
		660 905,87	199 002,48	461 903,39	232,11
Ativo corrente					
Invencíveis	7	5 825,00	4 443,00	1 371,30	30,80
Créditos a receber	13.2	23 084,11	14 377,55	7 706,56	53,60
Estado e outros entes públicos	13.8	3 609,17	802,62	1 786,55	202,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	13.3	16 607,83	27 648,20	-11 040,37	-39,93
Outros ativos corrente	13.4	14 301,39	8 222,57	5 978,82	72,71
Caixa e depósitos bancários	13.5	11 130,55	34 057,45	-23 918,90	-67,29
		72 516,13	89 634,14	-17 116,01	-19,10
Total do ativo		733 422,00	288 634,62	444 787,38	154,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundo	13.6	54 080,09	54 080,09	0,00	0,00
Excedentes técnicos	13.6	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	13.6	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transmitidos	13.6	-140 717,96	-53 023,74	-87 694,22	165,39
Excedentes de revalorização	13.6	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	414 667,47	134 405,90	280 261,57	208,52
		328 029,60	135 462,25	192 567,35	142,16
Resultado líquido do período		-38 952,74	-87 694,22	48 741,48	-55,20
Total dos fundos patrimoniais		289 076,86	47 768,03	241 308,83	505,17
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		36 072,80	0,00	36 072,80	100,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00
		36 072,80	0,00	36 072,80	100,00
Passivo corrente					
Fornecedores	13.7	812 551,72	44 573,78	767 977,94	152,51
Estado e outros entes públicos	13.8	36 606,27	33 083,80	3 522,47	7,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/dadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos corrente	13.9	259 114,35	163 380,01	95 734,34	59,54
		408 272,34	240 886,59	167 385,75	69,50
Total do passivo		444 345,14	240 886,59	203 458,55	84,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		733 422,00	288 634,62	444 787,38	154,10

A Direção
Padre João Valente

O responsável
Maria de Fátima Rodrigues

3.2.5.2 Demonstração de Resultados por Naturezas

Centro Social Paroquial de São João de Brito

Contribuinte : 500935602

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS ENTRE ANOS

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação	
		2018	2017	Valor	%
Vendas e serviços prestados	8	591.318,14	509.944,71	21.373,39	3,75
Subsídios, doações e legados à exploração	10/13 10	612.452,59	627.732,63	-15.280,04	-2,43
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	113.485,42	136.722,79	-23.237,37	-17,00
Fornecimentos e serviços externos	13 11	307.464,30	272.406,04	35.058,26	12,87
Gastos com o pessoal	11	811.926,66	869.117,96	-57.191,30	-6,58
Ajustamentos de investimentos (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	13 12	42.456,17	36.617,79	5.838,38	15,94
Outros gastos	13 13	29.342,36	23.193,54	6.148,82	26,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	22.888,66	20.549,04	2.339,62	11,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-38.880,50	-87.684,22	48.803,72	55,66
Juros e rendimentos similares obtidos	8/13 14	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		72,24	0,00	72,24	100,00
Resultados antes de impostos		-38.952,74	-87.684,22	48.741,48	55,58
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-38.952,74	-87.684,22	48.741,48	55,58

Padre João Valente

Maria de Fátima Rodrigues



Handwritten signature or mark.

3.2.5.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial de São João de Brito
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENTRE ANOS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação	
		2018	2017	Valor	%
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo					
Recebimentos de Clientes e Utentes		589 855,70	558 078,24	31 777,46	5,69
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-320 390,13	-279 572,30	-40 817,77	14,60
Pagamentos ao pessoal		-536 034,21	-589 422,45	-53 388,23	9,06
Caixa gerada pelas operações					
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento		-266 568,85	-310 916,57	44 347,72	-14,26
Outros recebimentos/pagamentos		262 716,68	304 258,59	-38 541,91	-12,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)					
		- 3 851,97	-9 657,98	5 806,01	-60,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-64 907,09	0,00	64 907,09	100,00
Activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento		30 000,00	25 000,00	5 000,00	20,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)					
		-34 907,09	25 000,00	-59 907,09	-239,62
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		4 861,16	0,00	4 861,16	100,00
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00	0,00	0,00
Doações		10 979,00	9 760,00	1 219,00	12,49
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)					
		15 840,16	9 760,00	6 080,16	62,30
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)					
		-22 918,90	25 102,02	48 020,92	-191,30
Efeito das diferenças de câmbio					
		0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período					
		34 057,45	8 955,48	25 102,02	280,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período					
		11 138,55	34 057,43	-22 918,90	-67,29

A Direcção
Padre João Valente

O Responsável
Maria de Fátima Rodrigues



Heitor



CENTRO PAROQUIAL
SÃO JOÃO DE BRITO

3.2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial de São João de Brito (Centro) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registada a 19 de Setembro de 1985, no Livro 3 das Fundações de Solidariedade Social a Fls. 2 e verso sob o n.º 102/85, com sede em Largo Frei Heitor Pinto, n.º 8, 1700-204 Lisboa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI);
- Portaria 220/2015 de 24 de Julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, o Centro preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram



preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Centro na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, o Centro continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade:

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes e outros agentes quanto à informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância:

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes e outros agentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo. O Centro não definiu critérios de materialidade para a apresentação das seguintes demonstrações financeiras.

3.1.6 Fiabilidade:

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação fidedigna:

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretendem relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma:

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade:

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência:

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude:

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade do Centro, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda o Centro e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

O Centro deve explicar quantias significativas em saldo em caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e de eventuais perdas de imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Centro e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que o Centro espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao Centro a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

2
A
[Handwritten signature]

As despesas subsequentes que o Centro tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	8

O Centro revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" encontram-se valorizados ao custo de aquisição, não havendo lugar a perdas por imparidade por depreciação de inventários (Nota 7) ou ao custo atribuído pelas entidades doadoras no caso de doações como é o caso do Banco Alimentar.



O Inventário refere-se apenas a géneros alimentares para consumo próprio e para ajuda alimentar às famílias mais desfavorecidas da paróquia.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pelo Centro estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e Outros Créditos a Receber


Os "Clientes" e os "Outras créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.



Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato o Centro avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de flutuações de valor.

Fornecedores

As dívidas registadas em “Fornecedores” são contabilizadas pelo seu valor nominal e, no caso dos fornecedores respeitam na íntegra a aquisição a empresas nacionais.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores do Centro ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, o Centro analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, o Centro reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente

resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que o Centro reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos obtidos

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Sempre que a apresentação e classificação dos itens das demonstrações financeiras sejam alteradas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal não seja possível. Em 2017 e 2018 não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos

5.1 Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Depreciações	Abates	Transferências/ Regularizações	Revalorizações	Saldo Final
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	54 170,45	239,96				54 410,41
Edifícios e outras construções	854 292,01	369 320,59				1 223 612,60
Equipamento básico	0,00	63 717,73				63 717,73
Equipamento de transporte	60 230,65	48 895,55	-2 500,00			106 626,20
Equipamento administrativo	216 523,05	2 618,22				219 141,27
TOTAL	1 185 216,16	484 792,05	-2 500,00	0,00	0,00	1 667 508,21
DEPRECIACÕES ACUMULADAS						
Edifícios e outras construções	719 886,11	17 420,81				737 306,92
Equipamento básico	0,00	1 808,00				1 808,00
Equipamento de transporte	60 230,65	46,64	-2 500,00			57 777,29
Equipamento administrativo	207 806,75	3 613,21				211 419,96
TOTAL	987 923,51	22 888,66	-2 500,00	0,00	0,00	1 008 312,17
VALOR LIQUIDO						659 196,04

2017						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Depreciações	Abates	Transferências/ Regularizações	Revalorizações	Saldo Final
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	54 170,45					54 170,45
Edifícios e outras construções	854 292,01					854 292,01
Equipamento de transporte	60 230,65					60 230,65
Equipamento administrativo	216 023,05	500,00				216 523,05
TOTAL	1 184 716,16	500,00	0,00	0,00	0,00	1 185 216,16
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Edifícios e outras construções	702 800,27	17 085,84				719 886,11
Equipamento de transporte	60 230,65					60 230,65
Equipamento administrativo	204 193,56	3 463,20		149,99		207 806,75
TOTAL	967 224,48	20 549,04	0,00	149,99	0,00	987 923,51
VALOR LIQUIDO						197 292,65

5.2 Intangíveis

O valor inscrito de 950,30 € refere-se a aquisições em 2017 de programa de computador. Dado o curto prazo de utilização não foram ainda feitos testes de imparidade.

5.3 Investimentos Financeiros

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário no valor

6. Locações e custos de empréstimos obtidos

O Centro adquiriu uma viatura adaptada em 2018 com recurso à locação financeira, cujos encargos só serão refletidos em 2019.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2018			
Descrição	Corrente	Não Corrente	Total
Locações Financeiras	0,00	32 964,09	32 964,09
Entrada inicial	0,00	3.108,71	3.108,71
TOTAL	0,00	36 072,80	36 072,80

O plano de reembolso da dívida do Centro, referente à locação financeira, detalham-se como segue:

2018			
Descrição	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	3 795,76	1 824,24	5 620,00
De um a 5 anos	28 054,08	6 826,34	34 880,42
Mais de 5 anos	1 114,25	9,75	1 124,00
TOTAL	32 964,09	8 660,33	41 624,42

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

2017				
Descrição	Inventário inicial	Compras / Doações	Reclassificações / Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 145,12	135 021,36	0,00	4 443,69
Total	6 145,12	135 021,36	0,00	4 443,69
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				136 722,79

2018				
Descrição	Inventário inicial	Compras / Doações	Reclassificações / Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 443,69	114 856,81	0,00	5 815,08
Total	4 443,69	114 856,81	0,00	5 815,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				113 485,42

8. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de serviços	591 318,14	569 944,75
Quotas de utilizadores	562 489,34	535 875,84
Serviços secundários	28 828,80	34 068,91
TOTAL	591 318,14	569 944,75

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não houve lugar em 2018 e 2017 à criação destas rubricas.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Centro tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado"

Descrição	2018	2017
ISS, IP	483 986,90	525 300,61
Jardim de Infância	168 838,55	196 744,80
Centro de Dia	76 103,30	89 744,73
Apoio Domiciliário	187 567,20	183 528,00
ERPI	50 784,24	46 959,76
Serviço de Atendimento	693,61	8 323,32
Autarquias	39 175,71	25 000,00
Câmara Municipal de Lisboa	30 000,00	25 000,00
Junta Freguesia de Alvalade	9 175,71	0,00
TOTAL	523 162,61	550 300,61

11. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretária e Vogal. Os órgãos diretivos não são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço do Centro, entre funcionários e prestadores de serviço, em 31/12/2018 foi de "74" e em 31/12/2017 foi de "75", conforme se indica:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Descrição	2018	2017
Funcionários	57	58
Prestadores de Serviço	17	17
Total	74	75

Os gastos que o Centro incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	655 525,24	645 540,12
Indemnizações	1 423,39	74 696,22
Encargos sobre Remunerações	145 016,12	136 980,01
Seguro Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	7 604,12	8 398,05
Outros Custos com o Pessoal	2 357,79	3 503,56
TOTAL	811 926,66	869 117,96

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Centro não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação do Centro perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, o Centro detinha os seguintes "Investimentos Financeiros" referentes exclusivamente ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros	759,53	759,53
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
TOTAL	759,53	759,53

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” apresenta os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Clientes	22 084,11	14 377,55
TOTAL	22 084,11	14 377,55

Nos períodos de 2018 e 2017 não foram registadas “Perdas por Imparidade”.

13.3 Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer	6 265,39	7 182,26
Rendas Antecipadas	4 517,00	4 467,00
Outros Gastos a Reconhecer	1 748,39	2 715,26
Rendimentos a Reconhecer	10 342,44	20 466,00
Outros Rendimentos a Reconhecer a)	10 342,44	20 466,00
TOTAL	16 607,83	27 648,26

A) Nesta rubrica consta o Subsídio do Ministério da Educação referente a 5 (cinco) educadoras de infância.

13.4 Outro activos correntes

A rubrica de “Outros ativos correntes”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:



Descrição	2018	2017
Outros Ativos Financeiros	3 547,21	2 092,57
Fundo de Compensação do Trabalho	3 547,21	2 092,57
Adiantamentos a pessoal	2 444,94	1 130,00
Doadores	5 648,00	5 000,00
Outros devedores por acréscimos	2 561,24	0,00
TOTAL	14 201,39	8 222,57

Salienta-se a rubrica “Outros devedores por acréscimos” referente ao complemento de vagas reservadas à Segurança Social do ano 2018 e ainda por receber.

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	326,21	278,91
Depósitos à Ordem	10 812,34	33 778,54
TOTAL	11 138,55	34 057,45

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	54 080,09	0,00	0,00	54 080,09
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-53 023,74	0,00	87 694,22	-140 717,96
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Variações Fundos Patrimoniais	134 405,90	297 347,41	17 085,84	414 667,47
TOTAL	135 462,25	297 347,41	104 780,06	328 029,60

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	58 306,17	44 573,78
Fornecedores de investimento	54 245,55	0,00
TOTAL	112 551,72	44 573,78

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo	2 669,17	882,62
Imposto s/ Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA) a)	2 669,17	882,62
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Passivo	36 606,27	33 903,80
Imposto s/ Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto s/ Rendimentos Singulares (IRS)	8 920,50	7 089,75
Segurança Social	27 685,77	26 453,86
Outros Impostos e Taxas	0,00	360,19

a) Pedido de restituição de IVA de géneros alimentares.

13.9 Outros Passivos Correntes

Esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	892,94	0,00	0,00
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com o pessoal	0,00	892,94	0,00	0,00
Credores por acréscimos gastos	0,00	49 838,31	0,00	50 540,88
Outros credores	0,00	208 383,10	0,00	111 848,13
TOTAL	0,00	259 114,35	0,00	162 389,01

A rubrica “Credores por acréscimo de gastos” corresponde a remunerações a liquidar (especialização de férias/subsídio de férias). A rubrica “Outros credores” refere-se aos

Handwritten signature and initials in blue ink.

valores das prestações de serviços de 2018 liquidados em Janeiro de 2019 e ao valor em conta corrente com a Fábrica da Igreja Paroquial de São João de Brito.

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

O Centro reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	523 162,61	550 300,61
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	89 289,98	77 432,02
Legados	0,00	0,00
TOTAL	612 452,59	627 732,63

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Rubricas	2018	2017
Subcontratos	45 136,11	0,00
Serviços especializados	113 920,50	119 314,42
Materiais	9 345,43	10 557,02
Energia e fluidos	45 858,93	48 467,04
Deslocações, estadas e transportes	5 988,84	4 660,39
Serviços diversos	87 214,49	89 407,19
TOTAIS	307 464,30	272 406,06

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Rubricas	2018	2017
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Alienações	2 500,00	0,00
Outros rendimentos	39 975,56	36 617,79
Instituto Emprego e Formação Profissional	8 677,67	3 543,22
Correções relativas exercícios anteriores	4 089,91	8 934,09
Imputação de subsídios para investimentos	17 085,84	17 085,84
Restituição de impostos	0,00	0,00
Benefícios fiscais	9 523,19	5 244,52
Outros não especificados	598,95	1 810,12
TOTAIS	42 475,56	36 617,79

13.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Rubricas	2018	2017
Impostos	623,19	28,14
Dívidas incobráveis	0,00	0,03
Perdas em inventários	0,00	0,00
Outros gastos	28 719,17	23 165,37
Instituto Emprego e Formação Profissional	9 743,66	2 549,00
Donativos	0,00	50,00
Quotizações	823,57	261,00
Correções relativas exercícios anteriores	7 861,53	9 714,40
Outros	10 290,41	10 590,97
TOTAIS	29 342,36	23 193,51

O valor apresentado na rubrica "Outros" inclui em 2017, 10.218,86 € em Ajuda Alimentar a famílias carenciadas (Banco Alimentar) e em 2018, 7.668,43 €.

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Rubricas	2018	2017
Juros e gastos similares suportados	72,24	0,00
Juros suportados	72,24	0,00
Outros gastos e perdas financiamento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares suportados	0,00	0,00
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-72,24	0,00

13.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção com parecer favorável do Conselho Fiscal.

Lisboa, 31 de dezembro de 2018

A Contabilista Certificada

100710506

 31342

A Direção



